

SUMÁRIO

TÍTULO I DIREITO PENAL

CAPÍTULO I PARTE GERAL

1. Princípios	29
1.1. Princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa	29
1.1.1. (Im) possibilidade de aplicação da lex gravior ao crime continuado e ao crime permanente.....	29
1.2. Princípio da insignificância	30
1.2.1. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a administração pública.....	30
1.2.2. Bem jurídico tutelado pelo art. 183 da Lei n. 9.472/97 e a (im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao crime de transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência.....	31
1.2.3. Restituição imediata e integral do bem furtado e obrigatoriedade de reconhecimento do princípio da insignificância.....	33
1.2.4. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao crime de contrabando de cigarros.....	34
1.3. Princípio da adequação social.....	35
1.3.1. Violação de direito autoral e princípio da adequação social	35
2. Crime impossível.....	36
2.1. Monitoramento eletrônico e a presença de seguranças no interior de estabelecimento comercial e a (im) possibilidade de consumação do crime de furto	37
3. Conflito aparente de normas.....	38
3.1. Princípio da consunção e (im) possibilidade de absorção do delito de falso pelo crime de estelionato.....	38
3.2. (Im) possibilidade de incidência do princípio da consunção quando o crime de uso de documento falso é etapa preparatória (ou executória) e se exaure no crime-fim de descaminho	40
4. Teoria da pena	41
4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	41
4.1.1. (Des) necessidade de motivação idônea para fins de imposição de regime de cumprimento mais severo do que aquele admitido pela pena aplicada	41
4.1.2. Fixação da pena-base no mínimo legal e (im) possibilidade de aplicação de regime prisional mais gravoso com base na gravidade em abstrato do delito, isoladamente considerada.....	42
4.1.3. (In) admissibilidade de fixação do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos.....	43
4.1.4. (Im) possibilidade de fixação de pena restritiva de direito como condição especial do regime aberto.....	45
4.2. Pena de multa.....	47

4.2.1.	(Im) possibilidade de substituição da prisão por multa quando cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária.....	47
4.2.2.	Legitimidade para a execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença penal condenatória diante da entrada em vigor do Pacote Anticrime (Lei n. 13.964/19)	48
4.2.3.	(Im) possibilidade de extinção da punibilidade em caso de cumprimento integral da pena privativa de liberdade (ou restritiva de direitos) e inadimplemento da pena de multa	51
4.3.	Aplicação da pena.....	54
4.3.1.	(Im) possibilidade de redução da pena abaixo do mínimo legal em virtude da incidência de circunstância atenuante.....	54
4.3.2.	Natureza jurídica da reincidência e (im) possibilidade de levá-la em consideração, simultaneamente, como circunstância agravante e circunstância judicial	56
4.3.3.	(Im) possibilidade de a reincidência específica, isoladamente considerada, justificar o agravamento da pena em fração mais gravosa que 1/6.....	57
4.3.4.	(Im) possibilidade de consideração dos “maus antecedentes” ainda que as condenações anteriores tenham ocorrido há mais de 5 anos.....	58
4.3.5.	(In) suficiência da folha de antecedentes criminais para fins de comprovação dos maus antecedentes e da reincidência.....	60
4.3.6.	(Des) necessidade de a confissão ser utilizada para a formação da convicção do magistrado para fins de incidência da circunstância atenuante do art. 65, III, “d”, do Código Penal	61
4.3.7.	(Im) possibilidade de compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.....	63
4.3.8.	Limite das penas e quantum de pena a ser levado em consideração para fins de concessão dos benefícios da execução penal quando houver a unificação das penas	65
4.3.9.	(Im) possibilidade de valoração da conduta social com elementos típicos dos maus antecedentes.....	66
4.4.	Penas restritivas de direitos.....	66
4.4.1.	(Im) possibilidade de cumprimento conjunto das penas privativas de liberdade e restritiva de direitos.....	67
4.4.2.	Cabimento de pena restritiva de direito em crime de roubo cometido com simulacro de arma de fogo.....	69
5.	Concurso de crimes	69
5.1.	(In) admissibilidade da continuidade delitiva nos crimes contra a vida...	69
5.2.	Continuidade delitiva e fração de aumento da pena a ser aplicada.....	72
5.3.	(Im) possibilidade de aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal no crime de estupro de vulnerável, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados.....	73
6.	Suspensão condicional da pena	74
6.1.	Suspensão condicional da pena e anterior condenação à pena de multa .	75
7.	Livramento condicional	75
7.1.	Extinção da punibilidade em virtude do cumprimento da pena diante da ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do decurso do período de prova.....	76
7.2.	(Im) possibilidade de a valoração do requisito subjetivo para concessão do livramento condicional levar em consideração todo o histórico prisional	77
8.	Efeitos da condenação	78

8.1.	Suspensão dos direitos políticos nos casos de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	78
8.2.	Perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças	79
9.	Medida de segurança	82
9.1.	Absolvição criminal e (im) possibilidade de aplicação de medida de segurança, ainda que haja privação da liberdade.....	83
9.2.	(Des)necessidade de cumprimento de mais da metade do prazo da medida de segurança para fins de requerimento do exame de cessação da periculosidade	84
9.3.	Prazos mínimo e máximo de duração da medida de segurança	85
10.	Extinção da punibilidade.....	87
10.1.	Prescrição.....	87
10.1.1.	Cálculo da prescrição da pretensão punitiva retroativa e intercorrente....	87
10.1.2.	Cálculo da prescrição nas hipóteses de continuidade delitiva	88
10.1.3.	Trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes como termo inicial da prescrição da pretensão executória.....	89
10.1.4.	Forma de contagem da prescrição da pretensão executória.....	90
10.1.5.	Interrupção da prescrição em virtude da pronúncia, independentemente de ulterior desclassificação pelo Conselho de Sentença	91
10.1.6.	Reincidência e prescrição	92
10.1.7.	Termo inicial da prescrição de crimes falimentares.....	92
10.1.8.	Causas interruptivas da prescrição aplicáveis aos crimes falimentares	93
10.1.9.	Acórdão condenatório e interrupção da prescrição.....	94
10.1.10.	Suspensão da prescrição criminal pelo sobrestamento de recursos extraordinários que aguardam o julgamento de tema de repercussão geral.....	96
10.2.	Indulto	97
10.2.1.	Efeitos decorrentes do indulto.....	97
10.2.2.	Indulto e medidas de segurança	98
10.3.	Perdão judicial	98
10.3.1.	Natureza jurídica da decisão concessiva do perdão judicial.....	98

CAPÍTULO II PARTE ESPECIAL

1.	Momento consumativo do crime de furto	100
2.	Furto praticado durante o repouso noturno.....	101
3.	(Im) possibilidade de incidência da causa de aumento de pena da prática de furto no repouso noturno nas modalidades qualificadas	102
4.	Furto qualificado-privilegiado (ou híbrido)	104
5.	(Im)possibilidade de aplicação do quantum de majoração do roubo circunstanciado ao crime de furto qualificado	105
6.	Momento consumativo do crime de roubo.....	107
7.	Quantum de aumento de pena do roubo circunstanciado diante da eventual presença de duas (ou mais) causas de aumento de pena.....	107
8.	(Im) possibilidade de valoração do emprego de arma branca no crime de roubo como circunstância judicial desabonadora em virtude do advento da Lei n. 13.654/18....	109
9.	Momento consumativo do crime de latrocínio	110
10.	Momento consumativo do crime de extorsão.....	113
11.	Aumento da pena do crime de estelionato em 1/3 (um terço) se acaso cometido contra entidade autárquica da Previdência Social	114

12. Consequências decorrentes da reparação do dano até o recebimento da denúncia no crime de fraude no pagamento por meio de cheque	115
13. (Ir) relevância do consentimento da vítima, experiência sexual anterior ou relacionamento amoroso com o agente para fins de configuração do crime de estupro de vulnerável (CP, art. 217-A).....	116
14. (Im) possibilidade de desclassificação do crime de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual nos casos de superficialidade ou ligeireza da conduta.....	120
15. (In) existência de bis in idem na hipótese de aplicação simultânea da agravante genérica do art. 61, II, “f”, do Código Penal, e a majorante específica do art. 226, II, do CP	123
16. (In) constitucionalidade da complementação de norma penal em branco por ato normativo estadual, distrital ou municipal, para aplicação do tipo de infração de medida sanitária preventiva (CP, art. 268)	124
17. (In) constitucionalidade da aplicação do preceito secundário do art. 273 do CP ao crime de importação de medicamento sem registro no órgão de vigilância sanitária	125
18. (Des) necessidade de comprovação do prejuízo (ou de obtenção de vantagem) para fins de consumação do crime de fraude à licitação	128

TÍTULO II PROCESSO PENAL

1. Princípios	129
1.1. Princípio da presunção de inocência.....	129
1.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena.....	129
1.1.2. (Des) necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos.....	135
1.1.3. Regra de tratamento e (im) possibilidade de utilização de inquéritos policiais ou de processos criminais em andamento a título de “maus antecedentes” para fins de agravamento da pena-base	136
1.1.4. Regra de tratamento e vedação à participação de candidato em concurso público pelo simples fato de responder a inquérito ou processo penal.....	137
1.1.5. Suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado e (im) possibilidade de posse do apenado aprovado em concurso público	138
1.2. Princípio da ampla defesa	139
1.2.1. Espécie de nulidade decorrente da falta e da deficiência do exercício do direito de defesa	139
1.2.2. (Im) prescindibilidade da defesa técnica nos Juizados Especiais Criminais	143
1.2.3. Obrigatoriedade de advogado no processo administrativo disciplinar e na execução penal	144
1.2.4. Direito de presença e consequência decorrente do não comparecimento de acusado preso à oitiva de testemunha realizada por carta precatória ..	145
1.3. Princípio do nemo tenetur se detegere	147
1.3.1. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros ilícitos.....	148
1.3.2. (In) constitucionalidade da condução coercitiva de investigados ou de acusados para fins de interrogatório policial (ou judicial)	149
1.4. Princípio do juiz natural.....	151

1.4.1.	(Im) possibilidade de convocação de juízes para substituição de desembargadores e julgamento de recursos por órgão composto majoritariamente por juízes convocados.....	152
2.	Fontes do Direito Processual Penal	154
2.1.	Competência legislativa para a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento	154
3.	Investigação preliminar	156
3.1.	(Im) possibilidade de instauração de procedimentos investigatórios de ofício pela autoridade judiciária e o “Inquérito das Fake News” (Inq. 4.781 do STF)	156
3.2.	Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	159
3.3.	Acesso do advogado aos autos de investigações de qualquer natureza.....	163
3.4.	Desarquivamento do inquérito e ulterior oferecimento de denúncia diante do surgimento de novas provas	165
3.5.	Identificação criminal e constrangimento ilegal.....	168
3.6.	Poder investigatório do Ministério Público	170
3.7.	(In) existência de impedimento (ou suspeição) do órgão ministerial que participou da investigação criminal para o oferecimento da denúncia.....	176
3.8.	Delegados de Polícia e Independência funcional	176
3.9.	Regra de direito intertemporal aplicável ao acordo de não persecução penal.....	178
3.10.	Compartilhamento de dados cadastrais com os órgãos da persecução criminal e disponibilização de meios técnicos para localização de vítimas e suspeitos sem necessidade de autorização judicial prévia.....	182
4.	Ação penal	183
4.1.	Legitimidade do ofendido menor de 21 e maior de 18 anos, que não seja mentalmente enfermo ou retardado mental, para o oferecimento de queixa-crime (ou de representação).....	183
4.2.	(Não) revogação do processo judicialiforme pelos arts. 3º, II, e 55 da Lei Complementar n. 40/1981 (Lei Orgânica do Ministério Público)	184
4.3.	Interrupção da prescrição nos crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa diante do recebimento da denúncia substitutiva da portaria .	185
4.4.	Ação penal no crime de estupro praticado mediante violência real.....	186
4.5.	Espécie de ação penal no crimes sexuais cometidos contra vítimas em situação de vulnerabilidade temporária se o fato houver sido praticado na vigência da redação conferida ao art. 225 do CP pela Lei n. 12.015/09....	191
4.6.	Legitimação alternativa nos crimes contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.....	192
4.7.	Ausência de movimentação externa ao Parquet por prazo superior ao legal e cabimento da ação penal privada subsidiária da pública.....	193
4.8.	(In) admissibilidade do reconhecimento da prescrição em perspectiva (projetada, antecipada ou virtual).....	195
5.	Competência criminal	197
5.1.	Competência absoluta e relativa.....	197
5.1.1.	(Im) possibilidade de reconhecimento da incompetência relativa ex officio pelo juiz no processo penal.....	198
5.1.2.	Espécie de nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção	200
5.2.	Competência criminal da Justiça Militar da União e dos Estados	201
5.2.1.	Competência para o julgamento de delito decorrente de acidente de trânsito envolvendo viatura de polícia militar.....	201

5.2.2.	Competência para o julgamento do crime praticado por militar da ativa que, embora não estando em serviço, use arma da corporação para a prática de ato ilegal.....	202
5.2.3.	Competência para o processo e julgamento dos crimes praticados por civis contra instituições militares estaduais	203
5.2.4.	Competência para o processo e julgamento do crime de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança cometido por militar	205
5.2.5.	Competência da Justiça Militar Estadual para o processo e julgamento dos crimes militares, ainda que praticados em outra unidade federativa	206
5.2.6.	Competência para o processo e julgamento de Policial Militar nas hipóteses de conexão (ou continência) entre crime comum e crime militar.....	207
5.2.7.	Competência para o processo e julgamento de militar por crime de abuso de autoridade.....	209
5.2.8.	Competência para o julgamento da falsificação (ou uso) de carteira de habilitação de arrais-amador praticado por civil.....	209
5.3.	Competência “criminal” da Justiça do Trabalho.....	211
5.3.1.	(In) competência criminal genérica da Justiça do Trabalho.....	211
5.4.	Competência criminal da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	212
5.4.1.	Competência da Justiça Estadual para o processo e julgamento dos crimes contra a economia popular	212
5.4.2.	Competência para o processo e julgamento do crime de tráfico de drogas	213
5.4.3.	Competência para o processo e julgamento de crimes de pornografia infantil e pedofilia pela internet.....	217
5.4.4.	Competência para o processo e julgamento de contravenções penais	220
5.4.5.	Competência da Justiça Comum Estadual para o processo e julgamento de crimes praticados em detrimento de sociedades de economia mista ..	222
5.4.6.	Competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social atribuído à empresa privada.....	222
5.4.7.	Competência para o processo e julgamento do crime de estelionato consubstanciado na utilização de papel moeda grosseiramente falsificado....	223
5.4.8.	Competência para o processo e julgamento dos crimes contra o meio ambiente, inclusive contra a fauna	224
5.4.9.	Competência para o processo e julgamento do crime ambiental de caráter transnacional	227
5.4.10.	Competência para o processo e julgamento do crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não houver lesão à autarquia federal	228
5.4.11.	Competência para o processo e julgamento de crimes praticados por (ou contra) índios	229
5.4.12.	Competência para o processo e julgamento de crimes praticados por (ou contra) funcionário público federal.....	232
5.4.13.	Crimes cometidos em detrimento do Poder Judiciário da União	235
5.4.14.	Competência para o processo e julgamento de crimes envolvendo o desvio de verbas federais.....	236
5.4.15.	Competência para o processo e julgamento dos crimes contra a fé pública.....	238
5.4.16.	Competência da Justiça Estadual para o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.....	241
5.4.17.	Competência para o julgamento de crimes políticos à luz da Constituição Federal de 1988 e recursos adequados.....	242
5.4.18.	(In) constitucionalidade do incidente de deslocamento da competência..	246

5.4.19.	Competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do crime de violação de direito autoral de caráter transnacional.....	249
5.5.	Competência do Tribunal do Júri.....	249
5.5.1.	Competência do juízo singular para o processo e julgamento do crime de latrocínio	249
5.6.	Competência por prerrogativa de função.....	250
5.6.1.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia do Ministro (ou Desembargador) Relator para fins de deflagração de investigações contra autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função	250
5.6.2.	(Des) necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional.....	255
5.6.3.	Competência para o julgamento da exceção da verdade quando cessado o exercício funcional do ofendido	260
5.6.4.	Crimes cometidos após a cessação definitiva do exercício funcional.....	261
5.6.5.	(Im) possibilidade de extensão do foro por prerrogativa de função a magistrados aposentados	262
5.6.6.	Princípio da simetria e (im) possibilidade de as Constituições Estaduais outorgarem foro por prerrogativa de função a autoridades diversas daquelas arroladas na Constituição Federal	262
5.6.7.	Princípio da simetria e (im) possibilidade de as Constituições Estaduais criarem hipótese de foro por prerrogativa de função para ações de natureza civil que possam resultar em perda ou suspensão de direitos políticos e/ou perda da função pública ou de mandato eletivo.....	266
5.6.8.	Competência originária do Supremo Tribunal Federal para o processo e julgamento de Deputados Federais e Senadores pela prática de crime comum.....	267
5.6.9.	Extensão da imunidade parlamentar ao corréu sem essa prerrogativa.....	268
5.6.10.	Competência do Tribunal de Justiça para o processo e julgamento de Prefeitos.....	268
5.6.11.	(Im)possibilidade de instauração de processo penal contra Prefeitos em virtude da prática do crime do art. 1º do Dec.-Lei n. 201/67 mesmo após a extinção do mandato	269
5.6.12.	Atração por continência (ou conexão) do processo do corréu ao foro por prerrogativa de um dos denunciados.....	270
5.6.13.	Crime doloso contra a vida praticado por agente dotado de foro por prerrogativa de função.....	273
5.7.	Competência territorial.....	275
5.7.1.	(Im)possibilidade de alteração da competência territorial em virtude da especialização de vara por lei estadual.....	275
5.7.2.	Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021).....	277
5.7.3.	Contrabando e descaminho.....	282
5.7.4.	Uso de passaporte falso	284
5.7.5.	Tráfico internacional de drogas cometido por meio de remessa da droga do exterior pela via postal.....	284
5.8.	Conexão e continência.....	285
5.8.1.	Conexão e/ou continência entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	286
5.8.2.	(Im) possibilidade de reunião dos processos em virtude da conexão (ou da continência) se um deles já tiver sido julgado.....	287
6.	Provas.....	288
6.1.	Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	288

6.1.1.	(In) admissibilidade, em processos administrativos, de provas consideradas ilícitas em sede processual penal	289
6.2.	Prova quanto ao estado das pessoas	289
6.2.1.	Comprovação da menoridade do acusado.....	289
6.2.2.	(Im) possibilidade de a menoridade ser comprovada pela menção à data de nascimento do menor no boletim de ocorrência, a partir de simples declaração do depoente, sem referência a nenhum documento por ele apresentado ao agente policial que o qualificou	291
6.3.	Exame de corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral.....	292
6.3.1.	Número de peritos necessários para a realização dos exames periciais	292
6.3.2.	(Im) possibilidade de comprovação do crime de violação de direito autoral por laudo pericial feito por amostragem do produto apreendido e (des) necessidade de identificação dos titulares dos direitos autorais violados .	293
6.4.	Interrogatório.	295
6.4.1.	(Im) possibilidade de o interrogatório ser realizado antes do encerramento da oitiva das testemunhas quando expedida carta precatória.....	295
6.5.	Confissão	297
6.5.1.	(In) admissibilidade da confissão extrajudicial colhida informalmente e fora de um estabelecimento estatal e (im) possibilidade de utilização para fins de condenação	297
6.5.2.	Valor probatório da confissão judicial e (in) viabilidade de demonstrar, por si só, qualquer elemento do crime	299
6.6.	Busca domiciliar	301
6.6.1.	Flagrante delito e violação domiciliar independentemente de prévia autorização judicial	301
6.7.	Quebra do sigilo de dados bancários e financeiros.....	303
6.7.1.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia para fins de fornecimento, pelas instituições financeiras, de informações bancárias de contribuintes à administração tributária.....	304
6.7.2.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia para fins de compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal com os órgãos de persecução penal.....	307
6.7.3.	(In) constitucionalidade da requisição de dados bancários e fiscais diretamente pelo Corregedor Nacional de Justiça para fins de esclarecimentos de processos ou procedimentos submetidos à sua apreciação	310
6.8.	Quebra do sigilo de correspondência.....	311
6.8.1.	(Des) necessidade de autorização judicial prévia para fins de abertura de encomenda postada nos correios.....	311
7.	Medidas cautelares pessoais	313
7.1.	Espécies de prisão.....	313
7.1.1.	Cabimento da prisão civil do depositário infiel à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos	313
7.1.2.	Prisão do falido na antiga Lei de Falências.....	315
7.1.3.	(In) constitucionalidade de lei federal que veda a decretação de prisão disciplinar de militares estaduais	317
7.1.4.	Prisão do militar em virtude de transgressão disciplinar e princípio da reserva legal relativa	318
7.1.5.	(In) constitucionalidade da prisão especial outorgada aos diplomados por qualquer das faculdades superiores da República	320
7.1.6.	Imunidades formais de Deputados Estaduais	321
7.2.	Respeito à integridade física e moral do preso.....	322
7.2.1.	Hipóteses fáticas que autorizam o uso de algemas.....	322

7.2.2.	Audiência de custódia.....	326
7.3.	Prisão em flagrante.....	330
7.3.1.	Flagrante preparado, flagrante esperado, venda simulada de drogas (ou armas) e agente policial disfarçado.....	330
7.4.	Prisão preventiva.....	333
7.4.1.	Reconhecimento do excesso de prazo mesmo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal.....	333
7.4.2.	Excesso de prazo provocado pela defesa e constrangimento (i) legal à liberdade de locomoção.....	334
7.4.3.	Concessão antecipada dos benefícios da execução penal ao preso cautelar.....	335
7.4.4.	Concessão antecipada dos benefícios da execução penal ao preso especial.....	336
7.4.5.	Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal previsto no art. 316, parágrafo único, do CPP.....	337
7.4.6.	(Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz.....	339
7.5.	Prisão temporária.....	341
7.5.1.	Requisitos necessários para a decretação da prisão temporária.....	342
7.6.	Liberdade provisória.....	344
7.6.1.	(Im) possibilidade de concessão de fiança para crimes praticados em concurso material se a soma das penas mínimas for superior a 2 (dois) anos de reclusão.....	345
7.6.2.	(In) constitucionalidade da vedação em abstrato da liberdade provisória para crimes hediondos e equiparados e (im) possibilidade de relaxamento da prisão cautelar por excesso de prazo.....	345
7.7.	Medidas cautelares diversas da prisão.....	351
7.7.1.	(Im) possibilidade de aplicação da cautelar de suspensão do exercício da função pública a parlamentares e (des) necessidade de controle político da respectiva Casa Legislativa dentro do prazo de 24 horas.....	351
7.7.2.	Recolhimento domiciliar no período noturno e (im) possibilidade de detração.....	355
8.	Questões e processos incidentes.....	359
8.1.	Conflito de competência.....	359
8.1.1.	(In) existência de conflito de competência quando houver hierarquia entre os órgãos jurisdicionais.....	359
8.1.2.	(In) existência de conflito de competência se um dos juízos conflitantes já tiver proferido sentença irrecorrível.....	360
8.1.3.	Tribunal competente para apreciar um conflito de competência entre Juiz Estadual e a Justiça Militar Estadual.....	361
8.1.4.	Competência para o julgamento de conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal nas antigas hipóteses de delegação de competência federal à Justiça Comum Estadual.....	361
8.1.5.	Competência para o julgamento de conflito de competência entre juizado especial federal e juízo federal.....	362
9.	Sujeitos do processo.....	364
9.1.	Ministério Público.....	364
9.1.1.	(In) constitucionalidade do Promotor ad hoc.....	364
9.1.2.	(I) legitimidade dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal para atuação em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ oriundos de processos de sua atribuição.....	365
9.1.3.	Autonomia administrativa dos Ministérios Públicos Estaduais e (im) possibilidade de o Promotor Eleitoral membro do Ministério Público Estadual	

ser designado pelo Procurador Regional Eleitoral membro do Ministério Público Federal.....	368
9.1.4. (In) constitucionalidade da prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento.....	369
9.1.5. Inamovibilidade dos membros do Ministério Público da União e (in) constitucionalidade de designações bienais sem retorno ao ofício de origem.	370
9.1.6. Nomeação do chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	371
9.1.7. (In) constitucionalidade de leis estaduais que outorgam elegibilidade passiva para o cargo de Procurador-Geral de Justiça exclusivamente aos Procuradores de Justiça	372
9.2. Defensoria Pública	372
9.2.1. (In) constitucionalidade de normas federais (ou estaduais) que outorguem à Defensoria Pública da União (ou dos Estados) a defesa judicial de servidores públicos processados civil ou criminalmente em razão do exercício do cargo.....	373
9.2.2. (In) constitucionalidade da celebração obrigatória de convênios exclusivos com a Ordem dos Advogados do Brasil para fins de prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.....	376
9.2.3. (In) constitucionalidade de normas estaduais outorgando a assistência jurídica de necessitados à Ordem dos Advogados do Brasil em substituição à Defensoria Pública	377
9.2.4. Autonomia administrativa das Defensorias Públicas e (im) possibilidade de determinação judicial de lotação de defensor público em localidade desamparada.....	378
9.2.5. Pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública	378
9.3. Defensor.....	379
9.3.1. (Im)possibilidade de nomeação do defensor técnico como curador.....	379
9.3.2. (Des) necessidade de apresentação do instrumento de mandato por núcleos de prática jurídica.....	380
9.3.3. Critérios para fixação dos honorários de defensor dativo	383
9.3.4. (In) constitucionalidade da exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.....	386
9.3.5. (In) constitucionalidade do poder de requisição dos Defensores Públicos.....	387
9.3.6. (In) constitucionalidade do poder de requisição dos Defensores Públicos para instaurar inquéritos policiais	388
9.3.7. (Im) possibilidade de aplicação de multa em desfavor do defensor nos casos de abandono injustificado do processo	389
10. Comunicação dos atos processuais.....	390
10.1. Citação.....	390
10.1.1. Citação por edital de réu preso.....	390
10.1.2. (Des)necessidade de transcrição, no edital, da integralidade da peça acusatória.....	392
10.1.3. Citação por edital e limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição.....	393
10.1.4. Citação por edital, não comparecimento do acusado nem constituição de defensor e produção antecipada de provas urgentes.....	396
10.1.5. (In) constitucionalidade da citação por hora certa	398
10.2. Carta precatória	399
10.2.1. Nulidade relativa decorrente da falta de intimação das partes acerca da expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas.....	399

10.2.2. (Des) necessidade de intimação da data da audiência no juízo deprecado.....	400
10.3. Contagem de prazos.....	400
10.3.1. Início da contagem dos prazos quando a intimação ocorrer na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia	401
10.3.2. Início da contagem dos prazos nos casos de intimação por mandado ou por carta precatória (ou de ordem).....	401
10.3.3. (Des) necessidade de observância do prazo mínimo de 48 horas entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação	402
10.3.4. Termo inicial da contagem do prazo para o Ministério Público (ou Defensoria Pública) impugnar decisão judicial proferida em feitos de natureza penal quando a intimação do órgão for realizada em audiência.....	404
11. Processo e procedimento.....	406
11.1. Procedimento comum	406
11.1.1. Inconstitucionalidade de questionamentos sobre modo de vida da vítima de crimes sexuais	406
11.1.2. Anterior aceitação de proposta de suspensão condicional do processo e (im) possibilidade de se pedir o trancamento da ação penal.....	409
11.2. Procedimento especial do Tribunal do Júri.....	410
11.2.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra	411
11.2.2. Competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e (im) possibilidade de o Poder Judiciário rejeitar a peça acusatória, impronunciar ou absolver sumariamente o acusado, ou determinar o trancamento do processo em sede de habeas corpus.....	414
11.2.3. Constitucionalidade da execução provisória no Júri, independentemente do total da pena aplicada	416
11.2.4. (Im) possibilidade de Tribunal de 2º grau, diante da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, determinar a realização de novo júri em julgamento de recurso interposto contra absolvição assentada no quesito genérico, ante suposta contrariedade à prova dos autos	418
11.2.5. (Des) necessidade de audiência das partes por ocasião do desaforamento.....	421
11.2.6. Nulidade absoluta da sessão de julgamento do júri em virtude da falta de quesito obrigatório.....	421
11.2.7. Nulidade absoluta da sessão de julgamento do Júri quando os quesitos de defesa não precederem aos das circunstâncias agravantes.....da	423
11.2.8. Nulidade do julgamento ulterior pelo Tribunal do Júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo....	424
11.3. Procedimentos especiais.....	425
11.3.1. (Des) necessidade da defesa preliminar prevista no art. 514 do CPP quando a peça acusatória estiver instruída por inquérito policial	425
12. Sentença	427
12.1. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	427
12.1.1. (Im) possibilidade de realização da mutatio libelli na segunda instância.	427
13. Nulidades	430
13.1. Reconhecimento de nulidades na 1ª e na 2ª instância.....	430
13.2. Nulidade relativa decorrente da ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar	432
14. Recursos	433
14.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	433
14.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer	433

14.2.	Princípio da non reformatio in pejus.....	437
14.2.1.	Obrigatoriedade de redução proporcional da pena-base quando o juízo ad quem, em recurso exclusivo da defesa, afastar uma circunstância judicial negativa do art. 59 do CP, expressamente reconhecida na sentença condenatória.....	437
14.3.	Princípio da fungibilidade.....	438
14.3.1.	(Im) possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade aos casos em que, embora cabível recurso em sentido estrito, a parte impugna a decisão mediante apelação, ou vice-versa.....	439
14.4.	Recurso de ofício.....	441
14.4.1.	Interposição do recurso de ofício por força da lei.....	441
14.4.2.	(Des)necessidade de recurso de ofício na hipótese de sentença de primeira instância concessiva de habeas corpus, em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.....	442
14.5.	Interposição de recursos pelo assistente da acusação.....	442
14.5.1.	Interesse de agir do assistente da acusação para recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de habeas corpus.....	443
14.5.2.	Legitimação recursal restrita e subsidiária do assistente da acusação.....	443
14.5.3.	Prazo recursal do assistente da acusação.....	446
14.6.	Tempestividade.....	446
14.6.1.	(In) tempestividade da apelação protocolada no prazo correto, embora despachada tardiamente.....	446
14.6.2.	Prazo do recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal em habeas corpus ou mandado de segurança.....	447
14.6.3.	Prazo de interposição do Recurso Extraordinário nas causas criminais.....	448
14.6.4.	Prazo para a interposição de agravo de instrumento no processo penal..	450
14.7.	Interesse recursal.....	450
14.7.1.	Renúncia do acusado ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, e (im) possibilidade de conhecimento da apelação por este interposta.....	451
14.8.	Recursos criminais em espécie.....	451
14.8.1.	Obrigatoriedade de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da peça acusatória, não supável pela nomeação de defensor dativo.....	452
14.8.2.	Provimento do recurso em sentido estrito interposto contra a rejeição da peça acusatória e marco temporal do recebimento da denúncia ou queixa.....	453
14.8.3.	Nulidade do julgamento da apelação diante da renúncia do único defensor e da não intimação do acusado para constituir outro.....	453
14.8.4.	(Im) possibilidade de conversão de sentença condenatória em absolvição imprópria em recurso exclusivo da defesa.....	454
14.8.5.	Vinculação do efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri aos fundamentos da sua interposição.....	455
14.8.6.	Embargos de Declaração para fins de prequestionamento.....	456
15.	Ações autônomas de impugnação.....	458
15.1.	Revisão Criminal.....	458
15.1.1.	(Des) necessidade de recolhimento à prisão como condição de admissibilidade para o ajuizamento da revisão criminal.....	459
15.2.	Habeas Corpus.....	459
15.2.1.	Cabimento de habeas corpus em se tratando de persecução penal referente à infração penal à qual seja cominada tão somente a pena de multa.....	459
15.2.2.	Cabimento de habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou perda de patente ou de função pública.....	460

15.2.3. Cabimento de habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.....	461
15.2.4. Falta de adequação do habeas corpus cujo objeto seja discussão sobre o ônus das custas.....	461
15.2.5. Cabimento de habeas corpus originário para o Plenário do Supremo Tribunal Federal contra decisão de Turma ou do Plenário.....	461
15.2.6. Competência para o processo e julgamento de habeas corpus contra decisão de Turma Recursal.....	462
15.2.7. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo habeas corpus.....	463
15.2.8. Cabimento de habeas corpus contra omissão de Relator de extradição na hipótese de não ter havido prévia provocação acerca de fato ou de direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos.....	464
15.2.9. Consequência decorrente da superveniência de sentença penal condenatória em relação ao habeas corpus impetrado para fins de trancamento do processo em virtude da ausência de justa causa.....	464
15.3. Mandado de segurança.....	467
15.3.1. Obrigatoriedade de citação do acusado como litisconsorte passivo necessário no mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em sede processual penal.....	467
15.3.2. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.....	468

TÍTULO III EXECUÇÃO PENAL

1. Competência do Juízo da Execução Penal.....	471
1.1. Aplicação da lei penal mais benéfica.....	471
1.2. Fixação da competência do juízo da execução com base na natureza do estabelecimento prisional em que se encontrar o condenado (ou preso provisório)...	472
1.3. (Im) possibilidade de reconhecimento da reincidência pelo juízo da execução penal para fins de concessão de benefícios, ainda que não reconhecida no processo de conhecimento.....	474
2. Classificação do condenado e do internado.....	475
2.1. (In) admissibilidade do exame criminológico para fins de progressão de regimes (ou livramento condicional).....	475
3. Trabalho do condenado.....	476
3.1. (Im) possibilidade de o trabalho do preso ser remunerado com valor inferior ao do salário mínimo.....	476
4. Faltas disciplinares.....	477
4.1. (Im) prescindibilidade da instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurando-se o direito de defesa por advogado constituído ou defensor público nomeado, para fins de reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal.....	477
4.2. Suficiência da audiência de justificação perante o juízo da execução para fins de homologação judicial da falta grave.....	481
4.3. Prática de falta grave e (im) possibilidade de interrupção do prazo para obtenção de livramento condicional.....	482
4.4. (Des)necessidade do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhecimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso.....	484
4.5. Prática de falta grave e progressão de regimes.....	486

4.6.	Prática de falta grave e (im) possibilidade de interrupção do prazo para fins de comutação de pena ou indulto.....	487
4.7.	Posse de aparelho celular ou de seus componentes essenciais como espécie de falta disciplinar e (des) necessidade de realização de exame pericial.....	489
5.	Estabelecimentos penais.....	491
5.1.	(Im) possibilidade de manutenção de condenado em regime prisional mais gravoso na hipótese de falta de estabelecimento penal adequado.....	492
5.2.	(Im) possibilidade de concessão imediata da prisão domiciliar sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS.....	494
5.3.	Precariedade das condições de encarceramento e obrigação do Estado de ressarcir os danos, inclusive morais.....	495
5.4.	(Im) possibilidade de o Judiciário impor à Administração Pública a obrigação de promover melhorias em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana.....	496
5.5.	Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e (des)necessidade de oitiva prévia da defesa.....	497
5.6.	(Des) necessidade de ocorrência de fato novo para fins de prorrogação do prazo de permanência do custódia no sistema penitenciário federal.....	498
5.7.	Ressocialização do preso, falência do sistema carcerário, redução de danos na execução penal.....	499
6.	Progressão de regimes.....	502
6.1.	(In)admissibilidade da progressão per saltum.....	502
6.2.	Quantum de cumprimento de pena necessário para a progressão de regime de condenados.....	503
6.3.	Aplicação retroativa do percentual de 50%, para fins de progressão de regime, a condenado por crime hediondo, com resultado morte, que seja reincidente genérico, nos moldes da alteração promovida pela Lei n. 13.964/19 na LEP, bem como a posterior concessão do livramento condicional, a ser formulada com base no art. 83, V, do CP.....	505
6.4.	Natureza declaratória da decisão que defere a progressão de regime e fixação do termo inicial com base no momento em que preenchido o último requisito pendente.....	506
7.	Saída temporária.....	508
7.1.	Deferimento da saída temporária ou de trabalho externo e consideração do tempo de cumprimento da pena no regime fechado.....	508
7.2.	Natureza jurisdicional do benefício de saída temporária, (im) possibilidade de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional, e (im) possibilidade de concessão de saídas temporárias automatizadas em execuções penais.....	511
8.	Unificação de penas.....	514
8.1.	(Im) possibilidade de alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios em razão da unificação das penas.....	514
9.	Remição.....	515
9.1.	Perda da integralidade dos dias remidos antes e depois da vigência da Lei n. 12.433/11.....	515
9.2.	Remição pelo estudo.....	518
9.3.	(Im) possibilidade de remição de parte do tempo de execução da pena em razão do exercício de trabalho extramuros por apenado em regime semiaberto.....	520
9.4.	(Im) possibilidade de remição virtual (ou ficta).....	522

10. Agravo em execução	523
10.1. Procedimento adequado e prazo recursal	523

TÍTULO IV LEGISLAÇÃO CRIMINAL ESPECIAL

1. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/41).....	525
1.1. (In) constitucionalidade da contravenção penal de posse não justificada de instrumento de emprego usual na prática de furto.....	525
1.2. Aplicabilidade do art. 19 da Lei das Contravenções Penais ao porte de arma branca.....	526
2. Lei de Imprensa (Lei n. 5.250/67).....	527
2.1. Não recepção da Lei de Imprensa.....	528
3. Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei n. 7.716/89).....	529
3.1. Discriminação positiva e negativa	529
3.2. (Im) possibilidade de imediato enquadramento das práticas de homofobia e de transfobia, mediante interpretação conforme, no conceito de racismo previsto na Lei n. 7.716/89.....	531
4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90).....	535
4.1. Momento consumativo do crime de corrupção de menores.....	535
4.2. (Im) possibilidade de reconhecimento de concurso material entre os crimes dos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	536
4.3. Tipificação da conduta de fornecimento de bebida alcoólica a criança ou adolescente após o advento da Lei n. 13.106/15	537
5. Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90).....	538
5.1. Natureza hedionda dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor praticados antes da edição da Lei n. 12.015/09, ainda que na forma simples.....	538
5.2. (In) constitucionalidade do cumprimento da pena de crimes hediondos e equiparados em regime integralmente fechado à luz do princípio da individualização da pena.....	539
5.3. Regime inicial fechado para crimes hediondos e equiparados e novos critérios para progressão de regimes fixados pela Lei n. 11.464/07.....	542
5.4. (In) constitucionalidade do regime inicial fechado para crimes hediondos e equiparados	545
5.5. Natureza não hedionda do delito de porte ou posse de arma de fogo de uso permitido, ainda que com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.....	547
6. Lei que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei n. 8.137/90).....	549
6.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	550
6.2. (Im) possibilidade de extensão da extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo devido ao crime de contrabando ou descaminho.....	555
6.3. (In) constitucionalidade dos crimes contra a ordem tributária à luz da vedação da prisão civil por dívida.....	558
6.4. Quantum a ser utilizado para fins de aplicação do princípio da insignificância em relação a crimes tributários federais	559
6.5. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao delito de descaminho nos casos de reiteração delitiva, independentemente do valor do tributo não recolhido.....	562

6.6. Natureza material do crime de apropriação indébita previdenciária previsto no art. 168-A, § 1º, I, do Código Penal	564
6.7. (Im) possibilidade de o crime de apropriação indébita tributária ocorrer tanto em operações próprias como em razão da substituição tributária.....	565
6.8. (In) constitucionalidade de diversos dispositivos legais legais que estabelecem a suspensão da pretensão punitiva estatal em consequência do parcelamento de débitos tributários, bem como a extinção da punibilidade do agente, se realizado o pagamento integral	566
7. Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95).....	567
7.1. Natureza relativa da competência dos Juizados Especiais Criminais e consequente possibilidade de deslocamento da competência para o julgamento de infrações de menor potencial ofensivo ao Juízo Comum ou ao Tribunal do Júri.....	567
7.2. Atribuição para a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência	570
7.3. Descumprimento injustificado da transação penal homologada.....	573
7.4. Transação penal e (im) possibilidade de aplicação dos efeitos da condenação..	576
7.5. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo (ou de transação penal) pelo Ministério Público.....	577
7.6. Cabimento da suspensão condicional do processo nos casos de concursos de crimes quando a pena mínima ultrapassar o limite de 1 (um) ano	579
7.7. Cabimento da suspensão condicional do processo (ou da transação penal) nas hipóteses de desclassificação do crime e procedência parcial da pretensão punitiva.....	581
7.8. Cabimento de Recurso Extraordinário contra decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.....	583
7.9. Cabimento de Recurso Especial contra decisões proferidas pela 2ª instância dos Juizados Especiais.....	583
7.10. Competência para o julgamento de mandado de segurança contra ato dos juizados especiais criminais.....	584
7.11. (Im) possibilidade de revogação da suspensão condicional do processo mesmo após o decurso do período de prova, conquanto descumpridas, pelo acusado, durante esse prazo, as condições impostas pelo magistrado	585
7.12. (Im) possibilidade de fixação de penas restritivas de direito como condições da suspensão condicional do processo	586
8. Interceptação das comunicações telefônicas e ambientais (Lei n. 9.296/96)	588
8.1. (I) licitude de sucessivas renovações de interceptação telefônica e (i) legalidade das motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto.....	588
8.2. (I) licitude da gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro	591
8.3. (I) licitude da gravação ambiental clandestina no processo eleitoral.....	596
9. Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)	596
9.1. Derrogação da contravenção penal de falta de habilitação para dirigir veículo (art. 32 da LCP) pelo crime do art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro em relação à direção sem habilitação em vias terrestres	597
9.2. (In) constitucionalidade do crime de fuga de local de acidente à luz do princípio que veda a autoincriminação (nemo tenetur se detegere)	598
9.3. (In) constitucionalidade da imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito.....	601
9.4. “Confiar veículo a pessoa sem habilitação ou sem condições” como crime de perigo abstrato	603

9.5. (In) constitucionalidade da imposição de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recusa a realizar exames voltados a aferir a influência de álcool.....	603
9.6. Meios de prova legítimos para averiguação do grau de embriaguez do condutor de veículo e constitucionalidade da recusa em se submeter ao teste de alcoolemia	608
9.7. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da consunção entre o crime de embriaguez ao volante e o de condução de veículo automotor sem habilitação	612
10. Lavagem de capitais (Lei n. 9.613/98)	612
10.1. (In) constitucionalidade do afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais.....	613
10.2. (In) constitucionalidade do compartilhamento de dados cadastrais com órgãos de persecução criminal sem prévia autorização judicial.....	614
11. Estatuto da pessoa idosa (Lei n. 10.741/03).....	616
11.1. Extensão do conceito de infração de menor potencial ofensivo aos crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa cuja pena máxima não ultrapasse os 4 (quatro) anos.....	616
12. Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/03).....	617
12.1. (In) afiançabilidade dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de disparo de arma de fogo	617
12.2. (In) constitucionalidade da vedação em abstrato de liberdade provisória para os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.....	619
12.3. (Im) possibilidade de aplicação retroativa do art. 30 da Lei n. 10.826/03, inserido pela Medida Provisória n. 417/2008, em relação ao delito de posse de arma de fogo de uso permitido cometido antes da sua entrada em vigor.....	620
12.4. Abolito criminis temporária em relação ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até o dia 23 de outubro de 2005.....	622
12.5. Ausência de razoabilidade nos critérios das restrições ao porte de arma de fogo por guardas municipais	624
12.6. (In) constitucionalidade da atribuição de porte de arma de fogo por normas estaduais (distritais) ou municipais, inclusive no que se refere a servidores públicos estaduais ou municipais	627
12.7. (In) constitucionalidade dos “Decretos das Armas”	628
12.8. (In) constitucionalidade da limitação do porte de armas a 50% dos servidores do Poder Judiciário ou do Ministério Público que exercem função de segurança e (i) legitimidade do condicionamento da proteção pessoal de magistrados e de membros do Parquet à prévia comunicação e avaliação da polícia judiciária....	633
13. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/06).....	635
13.1. (In) constitucionalidade do tratamento diferenciado entre os gêneros	636
13.2. (In) constitucionalidade dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	637
13.3. (In) aplicabilidade da lei dos Juizados Especiais Criminais às infrações penais praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher.....	638
13.4. Ação penal do crime de lesão corporal praticado no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher	642
13.5. Violência doméstica e familiar e (des) necessidade de coabitação	646
13.6. (Im) possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos casos de infrações penais praticadas contra a mulher no ambiente doméstico com violência ou grave ameaça	647

13.7. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da insignificância aos crimes e contravenções penais praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.....	648
13.8. (Im) possibilidade de fixação de valor mínimo indenizatório, a título de dano moral, nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar.....	649
13.9. (In) constitucionalidade da decretação, excepcional, do afastamento imediato do agressor do local de convivência com a ofendida, por Delegado de Polícia ou Policial.....	652
13.10. Retratação da representação na Lei Maria da Penha.....	654
13.11. (Im) possibilidade de aplicação de pena de multa de maneira isolada quando a sanção pecuniária estiver prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal.....	656
13.12. Natureza jurídica das medidas protetivas de urgência.....	658
13.13. (Im) possibilidade de aplicação da agravante do art. 61, II, alínea “f”, do Código Penal em conjunto com as disposições da Lei Maria da Penha.....	663
14. Tráfico de drogas.....	664
14.1. Aplicação retroativa da Lei n. 11.343/06.....	665
14.2. Natureza (não) hedionda do tráfico privilegiado.....	666
14.3. (Im) possibilidade de utilização de inquéritos e processos penais em curso para se avaliar se o acusado dedica-se a atividades criminosas ou integra organização criminosa.....	669
14.4. Tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal.....	671
14.5. (Des) necessidade de transposição de fronteiras internacionais para fins de aplicação da majorante do art. 40, inciso I, da Lei de Drogas.....	672
14.6. (Im) possibilidade de aplicação do princípio da consunção em relação ao uso de arma de fogo quando esta for usada para facilitar a prática do tráfico de drogas.....	675
14.7. (Im) possibilidade de incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico de drogas quando o acusado admitir tão somente a posse ou propriedade para uso próprio.....	676
14.8. (Im) possibilidade de o proprietário afastar a expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas.....	677
14.9. (Des) necessidade de habitualidade do uso do bem na prática criminosa ou de sua adulteração para dificultar a descoberta do local de acondicionamento para fins de confisco nos casos de tráfico de drogas.....	680
14.10. (In) constitucionalidade da vedação à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos nos casos de tráfico de drogas.....	681
14.11. (Im) possibilidade de a natureza e a quantidade da droga apreendida serem valoradas tanto na primeira fase de fixação da pena, como circunstância judicial desfavorável, quanto na terceira fase, por ocasião da aplicação do redutor previsto no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06.....	683
14.12. (In) constitucionalidade da lavratura de termo circunstanciado de ocorrência pelo Poder Judiciário no caso do crime de porte de drogas para consumo pessoal.....	686
14.13. (In) constitucionalidade da multa mínima prevista no art. 33 da Lei de Drogas: conquanto o Código Penal (art. 49).....	688
14.14. (Im) prescindibilidade da assinatura do laudo toxicológico definitivo pelo perito criminal para fins de comprovação da materialidade do delito de tráfico de drogas.....	688
14.15. Tráfico privilegiado e obrigatoriedade de fixação do regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	689

15. Lei das Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/13)	690
15.1. (Im) possibilidade de o Delegado de Polícia formalizar acordos de colaboração premiada	690
15.2. Colaboração premiada e a implicação na ordem de manifestação dos acusados.....	692
15.3. (Im) possibilidade de utilização da colaboração premiada no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa	695
15.4. (In) constitucionalidade do art. 2º, §§1º, 6º, 7º, e do art. 4º, §14, ambos da Lei n. 12.850/13	696
16. Violência Doméstica e Familiar contra Crianças e Adolescentes (Lei n. 14.344/22)	699
16.1. (In) constitucionalidade da requisição por autoridade policial de propositura de ação cautelar de antecipação de provas pelo Ministério Público.....	700